Denúncia espontânea na Suíça e em Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

As duas jurisdições recompensam o contribuinte que revela rendimentos ou patrimônio não declarados antes que a autoridade os descubra. A Suíça oferece uma denúncia espontânea única, sem multa, nos termos do art. 175, al. 3, da Lei federal suíça do imposto federal direto (DBG/DFTA) e das disposições cantonais correspondentes. O contribuinte paga os impostos atrasados e os juros de até dez anos, mas nenhuma multa, desde que a autoridade não tivesse conhecimento prévio e que o contribuinte coopere plenamente e se esforce seriamente para pagar.[1] O Voluntary Disclosure Programme da IRAS (a autoridade tributária de Singapura) reduz as penalidades a zero para denúncias feitas em até um ano após o prazo legal de entrega da declaração. Depois disso, a penalidade é de cinco por cento fixos ao ano sobre o imposto pago a menor, desde que a denúncia seja tempestiva, exata, completa e de iniciativa própria.[2] Desde 2021, criptoativos não declarados são o objeto mais comum dessas denúncias nos dois países.

Fase	Suíça	Singapura
	Reconstituir o histórico de carteiras e corretoras por até dez anos; avaliar pelos	Reconstituir o histórico dos anos em aberto (em geral

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Fase	Suíça	Singapura
1. Levantamento dos fatos	preços de fim de ano da AFC para o imposto sobre a fortuna; identificar eventos geradores de renda (staking, airdrops, mineração) e o risco de enquadramento como negociante profissional	quatro, mais em caso de fraude); classificar os ganhos como de capital ou de receita; identificar eventos geradores de renda
2. Elegibilidade	Confirmar a ausência de conhecimento prévio da autoridade, que se trata da primeira denúncia desse contribuinte e que a plena cooperação é possível	Confirmar que a denúncia é de iniciativa própria, anterior a qualquer consulta ou aviso de fiscalização da IRAS; confirmar a completude
3. Protocolo	Denúncia escrita à administração tributária cantonal com documentação completa; declarações retificadoras para cada ano	Denúncia pelo myTax Portal ou por escrito, com declarações retificadoras e cálculos
4. Lançamento	Impostos atrasados de até dez anos mais juros de mora; nenhuma multa; contribuições à AHV (previdência social) se constatado o status de negociante profissional	Imposto pago a menor mais penalidade de 0 % (em até um ano) ou de 5 % ao ano; nenhuma ação penal pelos fatos revelados
5. Duração	3–12 meses, conforme o cantão e o volume	3–9 meses
6. Custos profissionais	CHF 15.000–60.000 para reconstituição e protocolo; contabilidade forense à parte	S$ 10.000–50.000; contabilidade forense à parte

A fase de reconstituição é a mais cara nos dois países. Um contribuinte com uma década de atividade em várias corretoras, algumas das quais já não existem, pode não conseguir comprovar os custos de aquisição. Ambas as administrações aplicam então estimativas favoráveis ao fisco. O conselho prático é fazer a denúncia assim que o problema for identificado. A janela sem penalidade em Singapura e a condição de ausência de conhecimento prévio na Suíça se perdem com a demora. Além disso, as trocas de informações do CARF que começam em 2027 e 2028 fornecerão às autoridades justamente o conhecimento que elimina a elegibilidade.[3]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Perspectiva transfronteiriça

Um contribuinte que tenha vivido nos dois países tem duas denúncias a fazer. A ordem importa. Primeiro, a denúncia deve ser feita na jurisdição em que o risco de descoberta é maior e o regime de penalidades mais severo, que, para patrimônio não declarado, costuma ser a Suíça: os atrasados do imposto sobre a fortuna se acumulam ano a ano e as administrações cantonais já recebem hoje dados do CRS. Depois vem a denúncia em Singapura, onde o sistema que tributa apenas a renda faz com que muitos anos não gerem imposto algum se as posições eram de capital. A denúncia suíça não deve mencionar a situação em Singapura, e vice-versa, além do que cada autoridade precisa, porque as duas administrações trocam informações mediante solicitação nos termos do art. 25 do acordo para evitar a dupla tributação.

Notas

1. DBG/DFTA, art. 175, al. 3, e art. 181a (pessoas jurídicas); Lei federal suíça de harmonização dos impostos diretos dos cantões e municípios (StHG/THA), art. 56, al. 1bis; ver Parte G, Capítulo VIII. ↩
2. IRAS e-Tax Guide, IRAS' Voluntary Disclosure Programme, em sua versão atualizada; Income Tax Act 1947, seções 95 e 96 (penalidades); ver Parte M, Capítulo VIII. ↩
3. A interação entre o reporte no âmbito do CARF e a elegibilidade para a denúncia espontânea é discutida na Parte G, Capítulo VII, e na Parte M, Capítulo VII. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.